



Manuel Carvalho da Silva  
Secretário-Geral da CGTP-IN

## 1. O SIGNIFICADO DESTE 1.º DE MAIO

Neste 1º de Maio, queremos prestar a nossa **homenagem aos homens e mulheres** que, ao longo dos tempos, foram construindo com a sua **luta corajosa e abnegada** e, em muitos casos com custos para a sua própria vida, o importante património de direitos laborais e sociais que milhões de trabalhadores desfrutam mas que, hoje, se encontra fortemente ameaçado face ao processo de globalização de cariz neoliberal que está a provocar uma acelerada desregulamentação das relações de trabalho e um retrocesso social inadmissível.

- Relembremos que, ontem como hoje, os **resultados** das lutas dos trabalhadores, **muitas vezes demoram a surgir e a serem desfrutados por todos** ...
- Temos muitos exemplos de combates duros e longos, nas **políticas sociais**, na construção e defesa da **legislação laboral** ... os actuais também o serão. Aquilo que se está a denunciar de errado e injusto nestas áreas é muito importante para o futuro. E as posições e propostas que agora fizemos e defendemos, mesmo que no imediato não vinguem no seu fundamental, constituir-se-ão como bases de êxitos que haveremos de alcançar.

Reafirmamos, por isso, o compromisso de continuar a lutar pelos nossos direitos laborais e sociais e por uma sociedade de progresso, mais justa e coesa, que assegure aos portugueses e aos emigrantes, nossos companheiros de trabalho, um nível de vida digno e a confiança no futuro.

Neste 1.º de Maio manifestamos a nossa **solidariedade internacionalista**, em particular aos povos e aos trabalhadores que, em diversas partes do mundo, continuam a lutar por direitos mínimos e condições de vida elementares, que sofrem as violências da fome e da doença, que são vítimas de agressões e de guerras conduzidas sob o signo da rapina e em total desrespeito pelo Direito Internacional.

- A luta dos trabalhadores é por direitos individuais e colectivos, pela valorização do trabalho e humanização da sociedade, mas também por uma **nova ordem económica e social**, por **caminhos alternativos** a este processo de globalização capitalista marcadamente belicista e profundamente injusto que está em marcha.

Aqui estamos para assumir as causas que, no já tão distante ano de 1886, deram origem às comemorações internacionais do **1º de Maio**, assinalando o significado actual da reivindicação, então formulada, das **8 horas de trabalho diário**.

→ A importância e actualidade de hoje se discutir a **duração diária e semanal** do tempo de trabalho, as formas de os trabalhadores poderem **controlar o seu tempo de trabalho** e o estabelecimento das **formas de o prestar**.

Temos muitas e justas razões para, neste 1.º de Maio, manifestarmos **o nosso descontentamento** e protesto **pelas políticas que estão a ser seguidas e pela acção da maioria do patronato português**. São **essas políticas e práticas patronais** que conduzem ao avolumar dos problemas laborais e sociais: o crescimento do **desemprego** e da **precariedade**; a diminuição dos **salários** e das **pensões**; o alargamento e descoordenação das jornadas de trabalho; o aumento do **custo de vida**; o acentuar das **desigualdades** e o aumento da **pobreza**; as graves roturas na **coesão social e territorial**; a degradação de condições de trabalho, causa da elevada sinistralidade e de doenças profissionais; as rupturas de **solidariedades**; ao perigoso **enfraquecimento da democracia**; a crescentemente injusta distribuição da riqueza.

→ Quanto mais injusta é a **distribuição da riqueza**, menos espaço de **liberdade** fica às pessoas para lutarem e para agirem pela mudança.

Protestamos porque proliferam as **promiscuidades** entre interesses públicos e privados e entre o poder político e o económico e porque vemos florescerem negócios à custa do ataque às funções do Estado.

É em defesa dos seus justos direitos e interesses e contra tudo isto, que os trabalhadores se têm batido, desenvolvendo uma **acção constante**, desde a luta nos **locais de trabalho, sectores e regiões**, até às **grandes acções nacionais**, dando provas de grande firmeza e determinação na defesa dos seus direitos. Não fosse essa **luta persistente e corajosa**, estaríamos hoje perante um retrocesso social e laboral com uma dimensão bem mais grave para os trabalhadores e suas famílias e a sociedade portuguesa muito mais manietada e abúlica.

## 2. A LUTA DÁ RESULTADOS

- **Contratação Colectiva** (nestes 4 meses, mais de 800.000 com aumentos salariais acima dos 3% para 2008).
- **Defesa de muito emprego** no sector privado e no sector público.
- **Salário Mínimo Nacional**. Persistimos e obtivemos resultados. E vamos continuar porque é indispensável, por razões de **justiça social** e como contributo para o **crescimento económico** ...
- **Segurança Social**
  - travámos prejuízos maiores
  - **vamos prosseguir**
    - 1º - porque é justa e necessária a revogação do **factor de sustentabilidade imposto pelo Governo**, encontrando-se uma alternativa justa como a CGTP-IN propunha.
    - 2º - porque este ano o **aumento das pensões foi dos mais baixos de sempre**. Tanto mais grave quanto é grande o aumento de **produtos e bens de primeira necessidade** e se anuncia um cenário de agravamento dos custos de produtos alimentares.
    - 3º - porque a **CGTP-IN exige a reposição do regime transitório para o cálculo das pensões** existente desde o acordo de 2002 até ao final de 2007. O seu abandono por

parte deste Governo está a trazer **sérios prejuízos aos reformados** (80, 70, 60 euros/mês a menos em pensões baixas). Isto é ilegal, dado os direitos adquiridos e em formação.

- Forçámos algumas medidas de **combate à fraude e evasão fiscais** e de recuperação de dívidas patronais à Segurança Social
- Forçou-se o adiamento das propostas para **Revisão do Código** e delimitação do seu campo, mesmo que os **conteúdos de partida agora avançados pelo Governo, no fundamental, tenham que ser rechaçados**, exigindo toda a mobilização e luta.
- Obtivemos **ganhos pontuais na Administração Pública**
  - resultados da **luta dos professores**; recuos impostos ao Governo nas políticas da **saúde**, etc.
- Com a nossa luta, a partir de análises sérias e propostas fundamentadas, vamos colocando em evidência **os grandes problemas dos trabalhadores e do país**.

### 3. OS PROBLEMAS TÊM CAUSAS E RESPONSÁVEIS. É POSSÍVEL MUDAR DE RUMO

É tempo de lembrarmos que todas as grandes **conquistas** dos trabalhadores foram feitas **em confronto com o capital**; jamais lhes foram oferecidos ou aceites sem protesto e luta.

É tempo de reafirmarmos que **Direito do Trabalho** e aquilo que ele consagra, foi talvez o factor mais decisivo de **humanização** e democratização do **capitalismo**, sistema em que vivemos ...

É tempo de fazer ver ao Governo, em particular, e aos órgãos do poder em geral, que **o ataque aos trabalhadores e aos seus sindicatos é um erro estratégico** de qualquer força política que consequentemente se afirme pela democracia.

É tempo de denunciar que **um Governo que não incorpora na acção governativa os apelos e reivindicações dos trabalhadores e das populações**, está, voluntariamente, a deixar-se manipular e aprisionar pelos poderes dominantes que, no contexto actual, são os poderosos dos poder financeiro e os grandes potentados do poder económico.

É tempo de exigirmos a **urgência de políticas alternativas**, que adoptem mudanças significativas no modelo de desenvolvimento, sob pena de, no contexto económico e político que se vai viver no plano europeu e internacional, Portugal e os portugueses caminharem rapidamente para a cauda da União Europeia a 27.

É tempo de alertarmos para o facto de **nos estarmos a aproximar de um importante período eleitoral**.

- Os portugueses têm que se **mobilizar para a exigência de uma discussão política séria**, não permitindo que o Governo não cumpra as suas promessas e prossiga uma política marcadamente neoliberal, e que continuem os jogos florais dos outros Partidos que têm estado no Governo, visando a mera alternância, sem respostas aos problemas concretos.
- Nós, trabalhadores, temos que **reforçar as nossas reivindicações e a luta por elas**, sob pena de a degradação das condições de vida e de trabalho se aprofundar.

→ É tempo de agir! Por múltiplas causas: sociais, económicas, culturais e políticas.

#### 4. PROPOSTA DO GOVERNO SOBRE A REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO

Duas observações:

- Alterações em curso: **PRIVADO; PÚBLICO**. Com conteúdos **muito graves** para os trabalhadores.
- **Relações de Trabalho** – o conteúdo legislativo mais importante para a organização da vida das pessoas, das famílias, da sociedade.

#### OS CONTEÚDOS

Nas matérias fundamentais, as propostas do Governo sustentam-se no **aprofundamento** do argumentário, das propostas e da filosofia do **Código de Bagão Félix**

- Com **Bagão Félix**, eram os argumentos da **competitividade** e **produtividade**, enquanto **agora** está tudo mais **resumido à competitividade**.
- O governo (1.º Ministro e Ministro do Trabalho) na sua argumentação, substitui os **compromissos eleitorais** e até de programa do Governo, por **invocações de pragmatismo** e pela afirmação de que têm o **mandato dos eleitores**. Isto tem que ser denunciado.

Aquando da discussão do Código, o **Partido Socialista** denunciou:

- (i) a gravidade do abandono do princípio do tratamento mais favorável, e apresentou **proposta alternativa**, cujo conteúdo é a posição da CGTP-IN sobre a matéria;
- (ii) **considerou a proposta do PSD/CDS inaceitável** porque ela, designadamente: **partia do sofisma da igualdade das partes** na relação de trabalho, posição contrária à evolução do direito do trabalho e à matriz constitucional; centrava o **essencial da disciplina jurídico-laboral, nas relações individuais de trabalho**; adoptava **soluções normativas de fundo que desequilibravam ainda mais as relações de trabalho a favor do empregador**; **tornava ilícito o despedimento ilegítimo**; permitia a criação de **vazios contratuais**.

Esta revisão é convocada para servir os interesses económicos dos patrões dos grandes accionistas das empresas e dos patrões conservadores e parasitários.

- Gerações antes de nós (**menos de 200 anos**) escolheram **não usar o trabalho escravo como vantagem competitiva**. Tomemos esse exemplo! Hoje há **outras escolhas** a fazer e temos que inventar, criar **novas regras** que retirem certos aspectos da equação da **competitividade**. Há que fazer ajustamentos na **estruturação e regulamentação das relações de trabalho** olhando **objectivos sociais, culturais e políticos**.

Os efeitos das propostas esboçadas e apresentadas pelo Governo são essencialmente três (3):

- a) **Embaratecimento dos custos do trabalho à custa da flexibilização, do alongamento dos horários de trabalho, da redução da retribuição do trabalho, do empobrecimento da segurança social;**
- b) **Agravamento do desequilíbrio do poder em desfavor dos trabalhadores. Ataque ao direito do Trabalho; não repondo o Princípio do Tratamento Mais Favorável.**
- c) **Favorecimento patronal;** trabalho mais barato (menos contribuição para a segurança social etc.),

**Não há desenvolvimento da sociedade sem relações laborais equilibradas e com representação colectiva efectiva dos trabalhadores**

- a proposta aprofunda perigosamente a **individualização** das relações de trabalho;
- Bento de Jesus Caraça dizia nos anos trinta do século passado que se estava a travar uma luta cruenta pela valorização do homem e que o adversário real era a **projectão abusiva do indivíduo, sobre a sociedade**, aconselhando: *Expulsai os falsos deuses; valorizai o homem, acabando com a projectão abusiva e criminosa do indivíduo sobre o colectivo; humanizai a sociedade!*

**O QUE DEVIA TER SIDO FEITO E NÃO FOI**

- a) Uma análise ao **impacto sócio-jurídico da aplicação do Código de Trabalho.**
  - análise dos **processos em tribunais**, das suas causas e características
  - observação dos **impactos sociais na vida dos trabalhadores**

**Obs.** O Livro Branco faz uma **Análise do Mercado de Trabalho**. E apresenta propostas com base em **intuições** ou por **palpite** dos que lá impuseram as suas perspectivas.

**ESTÁ AÍ A FLEXIGURANÇA À PORTUGUESA**

- **impor mais flexibilização/desregulação das relações de trabalho**
- **anunciar meras intenções de protecção social, sem contudo avançar com conteúdos concretos, num contexto de cortes progressivos na generalidade das políticas sociais.**
- **falar da formação apenas para dizer, pela enésima vez que agora é que se vai cumprir a lei...**
- **enunciar políticas activas de emprego, recuperando propostas já múltiplas vezes avançadas, sem quaisquer garantias de que vão ser efectivados e sabendo que têm reduzido alcance.**

**PRECARIIDADE DO TRABALHO. O que o Governo avança é uma farsa!**

- a) **não há ali combate efectivo à precariedade:**
  - **nem reforço da IGT,**
  - **nem propostas de penalização de infracções, ...;**

- b) a **Precariedade no Terreno**. Como funciona! **1 caso**:  
**uma trabalhadora** com cerca de **35 anos**, atingiu, num período de **6 anos**, saltitando de **contratos a termo** para Trabalho Temporário e vice-versa, **101 contratos**
- local: Funchal
  - prestando sempre as mesmas tarefas (atendimento) em várias lojas
  - sempre para os CTT
- c) Governo propõe "**legalizar a precariedade**" a troco do patronato aceitar entregar à segurança social uma parcelazita do valor que atribui à remuneração do trabalho

#### ➔ **Recibos Verdes**

- **Os verdadeiros**, praticados por profissões liberais (advogados, arquitectos, prestações de serviços diversas), **têm que cumprir as suas obrigações**.
- **Os falsos** têm de ser combatidos e **criminalizados!**
- Isto não é nenhuma reivindicação extraordinária. Em **2006**, houve **Acordo Internacional na OIT**. "*Aquilo que é contrato dissimulado deve ser transformado em contrato de trabalho por conta d'outrém*" Ref.<sup>a</sup> **Entrevista IGT**.

#### ➔ **Segurança Social**

- a) o **Governo impôs**, na reforma da **Segurança Social**, a **redução das pensões** de reforma dizendo ao mesmo tempo que não se podia baixar a taxa social única e **agora oferece aos patrões pagarem menos 1% nos custos do trabalho**. Está agora claro o destino dos nossos sacrifícios
- **redução em 1 ponto percentual** da taxa contributiva das empresas para a Segurança Social, em relação aos **contratos sem termo**. Mais 150 milhões de euros para os patrões;
  - diz o Governo que aumentará **3 pontos percentuais na taxa contributiva das empresas em relação aos contratos a prazo**. Mas como vai isso efectivar-se e que valor atingirá?

#### ➔ **Conciliação vida familiar / trabalho**

As medidas pontuais dirigidas à **protecção na maternidade e paternidade**, que vistas isoladamente se podem considerar positivas, são uma **falácia**;

- as **possibilidades de lhes aceder** nem chegam a ser encaradas pelos trabalhadores se os salários forem muito baixos e os horários de trabalho longos e descoordenados;
- prosseguindo os baixos salários, com mais **pobreza laboral** há menos hipóteses de os jovens considerarem a hipótese de serem pais.
- a conciliação vida familiar / trabalho não pode ser tratada como uma questão **só para o 1.º ano de vida das crianças?**
- como conciliar para **acompanhamento de idosos?**
- que propostas de **Redes Sociais** e apoios às crianças e idosos?

## DESPEDIMENTO

Que conceito de inadaptação é esse do Ministro do Trabalho quando afirma a possibilidade de despedimento quando “**O trabalhador se tornou muito menos produtivo face à mudança**”. que mudança Senhor Ministro?

Jamais se pode aceitar que o patrão possa, a qualquer momento da relação de trabalho, montar **argumentos de inaptidão** do trabalhador, para o poder **despedir** sem justa causa.

## CADUCIDADE DOS CONTRATOS COLECTIVOS E EFECTIVIDADE DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

a) A **Contratação Colectiva** que tem valor de Lei, sempre foi e é **um compromisso livre com direitos e deveres expressos entre patrões e sindicatos**.

Só a **negociação entre eles** pode determinar a caducidade de qualquer contrato

- em regra a legislação (em qualquer área) **não funciona o princípio da caducidade**, mas sim da **renovação**
- a **arbitragem obrigatória** foi, segundo os autores do Código, colocada **no fim da linha** do processo de negociação colectiva, para evitar a caducidade imposta.

b) A **caducidade é reclamada não por os contratos estarem velhos, como argumentou o Primeiro-Ministro de forma violenta mas sim para liquidar os direitos históricos dos trabalhadores conquistados** ao longo de décadas, que se encontram inscritos na Contratação Colectiva;

c) **Porque quer o patronato a caducidade?**

- porque os CCT têm **limites diários e semanais de trabalho** melhores que a Lei Geral (muitos casos)
- porque têm **retribuições sobre trabalho suplementar** (trabalho extra, etc.); **trabalho por turnos; trabalho nocturno** – melhores que a Lei Geral
- porque têm limites sobre **períodos de descanso e outros** ... melhores que a Lei Geral

## PRINCÍPIO DO TRATAMENTO MAIS FAVORÁVEL

O que justifica a mudança de posição do Governo?

- O **trabalhador** individualmente considerado **não está hoje mais forte perante o patrão do que estava há 10 ou 20 anos atrás**;
- **Jamais se pode aceitar a sua eliminação**, porque colocaria em causa o **direito do trabalho**, que protege o trabalhador como a parte mais frágil na relação de trabalho;
- No actual contexto, de crescente **desemprego e precariedade**, a sua eliminação permitiria aos patrões imporem **salários de miséria, horários sem controlo**, etc.

## Liberdade e Autonomia Sindical

- Com as **propostas avançadas**, pretende-se permitir aos patrões (e aos governos na Administração Pública) **encontrarem parceiros de conveniência** para negociação fechada, afastando os sindicatos da negociação colectiva. Isso não aceitaremos!
- **É preciso que se cumpram os direitos de organização e acção sindical**, a liberdade sindical e os direitos sindicais, em todas as dimensões, no sector privado e na Administração Pública.

## 5. VAMOS ESCLARECER, MOBILIZAR, EXIGIR NEGOCIAÇÃO SÉRIA! VAMOS LUTAR COM DETERMINAÇÃO!

A CGTP-IN sempre pautou a sua acção por uma **postura proponente e reivindicativa**. Apresentamos as nossas posições e propostas, batemo-nos por elas e lutamos pela sua concretização, intervindo com todos os meios de que dispomos. É isso que temos feito e continuaremos a fazer, quer em torno da **Revisão do Código**, quer das nossas propostas e reivindicações gerais inscritas na **Carta Reivindicativa de Todos os Trabalhadores**, que consubstancia os 15 objectivos reivindicativos para responder aos principais problemas do mundo do trabalho e contribuir para uma mudança de políticas que conduza o país para o progresso e o desenvolvimento.

O **trabalho** é factor determinante para o **desenvolvimento** da sociedade mas, sem trabalhadores dignificados e sem valorização do trabalho, não temos uma **sociedade** verdadeiramente **democrática, progressista e socialmente justa**. A luta reivindicativa dos trabalhadores é, assim, um contributo imprescindível para o progresso e a modernização do nosso País.

As grandes iniciativas de massas realizadas nos últimos tempos, a nível sectorial, regional e nacional e a unidade na acção que as consubstanciaram, mostram que há vontades e forças suficientes para travar as actuais ofensivas e forçar a mudança.

Neste 1º de Maio, assumimos o compromisso de uma **mobilização geral e participação empenhada de todos os activistas sindicais** nos plenários que se vão realizar, por todo o país, na primeira quinzena de Maio, visando a informação, a **mobilização**, o **esclarecimento** e a **sensibilização dos trabalhadores**, designadamente, a partir da sua **participação em plenários**, nos locais de trabalho do sector privado e do público, com o objectivo de **discutir e assumir as lutas necessárias** para fazer vingar as nossas posições e reivindicações e exigir uma mudança de políticas.

O Conselho Nacional da CGTP-IN reunir-se-á no próximo dia 6 de Maio para aprofundar os contornos da intervenção da central em todos os planos, no actual contexto e, para decidir as formas de luta a propor aos trabalhadores para concretização. **Sem à partida excluirmos qualquer forma legal de luta possível, optaremos por aquelas que se mostrem necessárias e mais eficazes** para defender os direitos de todos os trabalhadores do sector privado e da Administração Pública.

VIVA O 1º DE MAIO!  
VIVAM OS TRABALHADORES!  
VIVA A CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL!